

Europa: situação de Segurança e parceiros estratégicos ¹

Luís Valença Pinto

Muito agradeço o convite para participar nesta edição das Conferências do Grémio.

Saúdo o Senhor Presidente do Grémio Literário, Dr António Pinto-Marques, o moderador, Dr Filipe Xavier, o meu colega de Painel, Dr João Barroso Soares e, naturalmente, toda a audiência.

A minha Intervenção será centrada na muito candente questão da atual situação de Segurança da Europa e nos eventuais parceiros estratégicos.

Vivemos na Europa uma hora muito difícil. O que me vem à mente é um certo paralelo com o que se vivia na Europa em 1941 e que levou o Primeiro Ministro britânico, Winston Churchill, a falar na *darkest hour* do Reino Unido e da necessidade de determinação e vontade para a enfrentar e resolver.

E desse espírito que a Europa carece hoje para enfrentar estes tão difíceis e desafiantes tempos.

Em traço muito largo qual é a nossa situação:

*a Leste temos a Rússia de Putin, agressora, autocrática, indiferente à boa convivência entre as Nações, imperialista, desrespeitadora do Direito Internacional e dos Direitos Humanos; uma Rússia em que não podemos ter confiança, ao contrário de quem temos fundadas razões para desconfiar;

* a Ocidente os EUA de Trump que, pelas piores razões, todos os dias nos surpreendem pela negativa e que nos suscitam duas reflexões fundamentais e na essência contraditórias

¹ Conferência no Grémio Literário em 19 de março de 2025

- por um lado, não os podemos tomar como Aliados certos, o que designadamente põe em causa o art 5º do Tratado de Washington e por essa via a NATO

- mas, por outro lado, na realidade e pelo menos por mais algum tempo, o apoio americano continuará, nalguns aspetos, a ser-nos indispensável

* a Sul e a Sudeste encontramos um quadro de violência, de tensões e de instabilidade, de onde emergem muitas ameaças, designadamente com origem no Médio Oriente, na África do Norte e no Sahel, e com o Mediterrâneo transformado num muro e num cemitério.

Nós, europeus do Sul, temos que ser sempre atentos e exigentes a que não se perca de vista esta leitura completa da situação do nosso continente, não permitindo que a gravidade do que se passa a Norte a Noroeste faça ignorar o que se passa a Sul e Sudeste.

A resposta a este complexo quadro tem que estar em nós. Só pode estar em nós. Na Europa.

Isso implica que haja lideranças capazes, que exista uma visão quanto ao padrão de segurança a que aspiramos no nosso continente, que igualmente exista uma perspetiva clara quanto ao papel que se deseja que a Europa tenha no Mundo e que, em coerência e para satisfação desses objetivos, esteja disponível uma estratégia de afirmação que integre de modo coerente objetivos, linhas de ação e recursos.

Ocorreu ontem o telefonema entre Trump e Putin. Um exercício à partida difícil e carregado de imprevisibilidade, como é natural num encontro entre alguém com mentalidade de jogador de *poker* (Trump) e alguém com mentalidade de jogador de xadrez (Putin). Talvez tenha confirmado a cumplicidade entre ambos mas, à primeira vista, o resultado desse contacto parece uma mão

cheia de pouca coisa, em que as expectativas ou, talvez melhor, as ilusões de Trump terão sido muito frustradas. Se assim for, o que devemos esperar: maior exigência futura dos EUA para com o agressor Putin ou, ao invés, menor exigência?

Saiu esta manhã uma primeira informação sobre um *White Paper on Defence* da responsabilidade da Comissão Europeia. Não é ainda muito conhecido. Pelo menos eu ainda não tive acesso ao texto completo e à possibilidade de o estudar.

Do que já conheço creio que só muito indiretamente ele aponta todas as orientações necessárias para melhor estruturar a Segurança e Defesa europeia. Certamente de forma mais autónoma ou mesmo tendencialmente autónoma.

O *White Paper* não responde objetivamente, e talvez não tenha que responder, a questões como:

- * que papel aspira a Europa a ter no Mundo?
- * que grau de autonomia a Europa deseja e pode aspirar ter

Em todo o caso há na Europa um amplo consenso quanto a algumas orientações óbvias e que não deixarão, mais cedo ou mais tarde, e desejavelmente a curto prazo, de vir a ser assumidas. Destaco três: rever as atuais Política Comum de Segurança e Defesa, Estratégia Europeia de Segurança (de 2016) e Bússola Estratégica (2022); pôr a funcionar melhor e de modo mais integrado o Serviço Europeu para a Ação Externa; desenvolver uma muito maior capacidade militar europeia, sendo que essa é manifestamente a tarefa mais urgente, requerendo uma firme e esclarecida ação imediata.

O *White Paper* é absolutamente inequívoco quanto à necessidade da Europa, de modo integrado, aumentar as suas despesas com a Defesa, investir nas capacidades da indústria de Defesa europeia valorizando assim a Base Tecnológica e Industrial de Defesa

Europeia, estimular a inovação e criar um mercado europeu de equipamento de Defesa. Sempre mantendo um forte apoio à Ucrânia. Um continuado apoio à Ucrânia.

Tenho como inquestionável que, no tocante à capacidade militar, a Europa precisa de:

- gastar mais, melhor, mais em conjunto e mais europeu, sendo que um valor da ordem de 65% dispendido no espaço da UE e da Ucrânia é tido como sendo o desejável;
- combater e contrariar a duplicação de estruturas que hoje existe, bem como a fragmentação da atual produção europeia de armamentos, que talvez seja mais adequado qualificar como “balcanização”, na justa medida em que os Estados europeus exportadores de armamento competem entre si e às vezes com muito vigor;
- conduzir um efetivo e coerente Planeamento de Defesa do qual possa resultar uma estrutura de forças europeias, para o que se recomenda um paralelismo com o normativo do Planeamento de Defesa da NATO e com a decorrente Estrutura de Forças da Aliança, a que nunca ninguém precisou de chamar o “exército da NATO”, tornando meramente ilustrativa a falsa questão de um pretenso “exército europeu”; do que a Europa realmente precisa é do compromisso de todos os Estados europeus em matéria de atribuição de forças militares à União, na tipologia necessária e com graus de prontidão conhecidos e respeitados;
- dar natural prioridade às atuais lacunas europeias, que se encontram fundamentalmente nos domínios das Informações, incluindo as originadas no espaço, da defesa aérea, da capacidade para realizar ataques profundos e

precisos, da mobilidade estratégica aérea e marítima e do comando e controlo;

- nesse contexto levantar uma Força de Reação Rápida que possa proporcionar um mínimo de dissuasão convencional, que evidencie solidariedade e unidade política e que também possa proporcionar uma resposta militar;
- criar a capacidade para planear e conduzir operações militares de mais alta intensidade.

E nunca ignorando que, por mais modernos e sofisticados que sejam os equipamentos, eles não funcionam sem recursos humanos que os operem e mantenham.

Tudo isto requer visão e unidade, mas evidentemente que são indispensáveis recursos financeiros.

No plano da unidade e da coesão política e institucional é tempo de se estabelecerem limites para a divergência sistemática (se não oposição) de alguns Estados Membros, com a Hungria como o caso mais representativo. O Tratado de Lisboa tem mecanismos para abordar esse assunto, como a situação a meu ver recomenda.

Entra também aqui a questão dos 2% ou 3% ou 5% do PIB alocados à Defesa. Seja-me permitido um parênteses para referir que a Federação Russa está presentemente a aplicar 9% do seu PIB (40% do orçamento anual) na Defesa, o que está a determinar a completa militarização da economia russa....Não é ilegítimo associar a esse tão elevado indicador uma perspectiva belicista, nem uma leitura sobre a fragilidade da economia e da dimensão social da Federação Russa.

Existe a convicção que todos os países da NATO (23 são também membros da UE) vão sair da próxima Cimeira da Aliança (Países Baixos, 24 e 25 de junho) vinculados aos 2%, seja isso

correspondente a despesa efetiva ou, no mínimo, a despesa “declarada”, i.e, associada a projetos concretos e de imediata materialização.

Mas é também provável que dessa Cimeira resulte igualmente um vínculo à obrigação ampliada de atingirem 3,5% em 2030. A ser assim o desafio será ainda consideravelmente reforçado.

Duas considerações fundamentais devem ser feitas.

A primeira, é que esses montantes têm que ser percebidos como investimento, sendo que o primeiro e decisivo argumento é que não haverá Desenvolvimento e Bem Estar sem Segurança e Defesa, sendo a inversa igualmente verdadeira. Mas há também o argumento real que o investimento na Defesa tem o potencial de gerar um interessante retorno para o conjunto da economia.

Por razões de afirmação e de sustentação do Estado e da Nação enquanto entes livres, a Defesa tem que ser compreendida como uma política pública essencial. Tão essencial como a Educação, a Saúde ou a Segurança Social. Compete aos responsáveis políticos a gestão e a harmonização dessa realidade e a correspondente pedagogia relativamente à opinião pública.

A segunda consideração é que a convergência entre os Estados Membros não poderá ser avaliada por esse tipo de indicadores macro financeiros, mas sim por convergência de capacidades militares. O que, para ser garantido, implica custo financeiro.

É essa e não outra a tradução objetiva que se deseja do incremento das despesas com a Defesa.

Tarefa importante será a evidente necessidade de cuidar da Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia, estimulando e reorganizando as Indústrias de Defesas à escala europeia.

Penso que três princípios serão essenciais para essa tarefa.

O primeiro, corresponde ao propósito de vencer o chamado “vale da morte”, fazendo com que os projetos comuns e cooperativos não se fiquem apenas pela fase de protótipo, mas antes que possam continuar como comuns e cooperativos até ao desenvolvimento de um produto final. Assim se poderá combater a sabida fragmentação da produção europeia. Isto será muito facilitado pela disponibilidade de fundos comuns. Sabemos hoje que se pode contar com 800 mM de euros para todo este exercício de rearmar a Europa. Mas esse significativo montante estará fracionado em duas parcelas de natureza diferentes. Uma, de 150mM, será assumidamente do conjunto europeu, mas 650 mM serão provenientes dos Estados Membros da UE. O *White Paper* formaliza a criação de um instrumento novo, dedicado à Ação de Segurança para a Europa (chama-lhe SAFE, *Security and Action for Europe*) e também estipula que a flexibilidade outorgada aos Estados para em conjunto se atingirem os 650mM, nomeadamente através da flexibilização das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, terá um carácter transitório de 4 anos e não poderá ser aplicada a mais de 1,5% do PIB. Daqui emergem requisitos óbvios de urgência e bom critério...

O segundo princípio, estará na necessidade de contar certamente com os “5 grandes” (Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Espanha) mas, ao mesmo tempo, contar com todos, cientes que uma larga parte da indústria de Defesa hoje existente na Europa é composta por pequenas e médias empresas. Algumas vezes micro empresas. Razões de unidade e coesão determinam esse imperativo.

Terceiro princípio, apostar no “duplo uso”; certamente para os produtos acabados, mas também para as tecnologias, o que permitirá um campo de ação muito mais vasto.

Tudo isso será valorizado se puder ser afirmado e construído num contexto europeu alargado, que ultrapasse a UE.

Desde logo procurando associar nesta mesma cooperação os Estados europeus que, sendo da NATO não são da UE (Reino Unido, Noruega, Islândia e Turquia). Encarando com vontade de as ultrapassar as dificuldades associáveis a alguns desses casos.

Nota curiosa está na circunstância da neutralíssima Suíça parecer estar a dar sinais de não querer ficar excluída e isolada neste processo.

E admitindo associar também, segundo estatuto a definir, os Estados candidatos à adesão. 9 ou 10, conforme se considere ou não o Kosovo. Basicamente Estados das Balcãs Ocidentais e também a Ucrânia, a Moldávia e a Geórgia.

E indo mesmo, segundo fórmulas próprias, até associações com outras geografias, onde é igualmente grande a preocupação com os EUA de Trump, nomeadamente em termos de quebra unilateral por parte dos EUA de compromissos mútuos. Certamente o Canadá, mas igualmente o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia.

No fundo construindo, ainda que com geometria variável, “coligações de vontades”.

Se tudo neste “maravilhoso” plano correr muito bem, ainda assim ele só poderá dar frutos plenos daqui a 5 ou 8 anos. A Presidente da Comissão Europeia aponta para 2030 como o ano em que a Europa atingirá o grau desejado de autonomia estratégica. E até lá?

Até lá como pode a Europa assegurar sozinha uma Paz digna e sustentada na Ucrânia? Ou conter a Rússia de Putin? Com o que é que pode contar em termos de apoio militar dos EUA, se é que se pode contar com alguma coisa? Para os norte americanos os acordos Berlin Plus que permitiam apoiar a Europa com meios militares de que não dispunha e carecia, mantêm validade?

Não temos hoje resposta para essas perguntas decisivas. O que significa que temos que partir já e com grande determinação e empenho para este esforço de valorização europeia que devíamos ter encetado há pelo menos 10 anos.

E também significa que iremos provavelmente ter que correr riscos, que talvez só possam ser sustados por via da dissuasão nuclear, em que para já dependemos das capacidades francesa e britânica, nomeadamente se não estiver disponível a proteção nuclear norte americana.

Uma brevíssima palavra sobre Portugal. O que podemos fazer?

Desde logo o óbvio: fazer a nossa parte, com seriedade e empenho. E com presteza. Compreendendo que, muito provavelmente, o modelo de Segurança e Defesa para que a Europa parece caminhar, definirá um modelo político e institucional do tipo “soberania partilhada”, no qual quem não se empenhar será fatalmente subalternizado, dependente e quase desaparecerá. Haja muita, mas mesmo muita atenção a isto no plano político!

Finalmente, afirmar que, ainda que limitadas, as nossas Forças Armadas e a nossa Indústria de Defesa têm condições para participar bem neste desafio, reconhecendo embora que, fruto da negligência política dos últimos quinze anos, partimos de um patamar francamente mais baixo do que os patamares em que se encontram a maioria dos nossos parceiros. E isto em paralelo com as insuficiências de recursos humanos que são conhecidas.

Ao mesmo tempo e sem nenhuma delongas, nem hesitações, nem falsos pudores é preciso construir na nossa sociedade um mais consciente e generalizado espírito de Defesa e uma maior resiliência. Tarefa que cabe primária e decisivamente aos responsáveis políticos.

Aí está um desafio imperativo que permitirá aos cidadãos aferir se esses decisores são efetivamente políticos e se são efetivamente responsáveis.

Muito obrigado.